COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

MENSAGEM Nº 601, DE 2007

Submete à apreciação do Congresso Nacional o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2006.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado WILLIAM WOO

I - RELATÓRIO

Nos termos do disposto no artigo 84, inciso VIII, combinado com o artigo 49, inciso I, da Constituição, o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2006.

A Exposição de Motivos do Ministério das Relações Exteriores, a qual acompanha e instrui a Mensagem Presidencial, informa-nos que o presente Acordo se insere na prioridade que o Brasil tem conferido à cooperação e integração da América do Sul, contribuindo para o desenvolvimento e segurança regionais. Diz respeito, também, aos compromissos de fortalecimento da confiança e transparência mútuas assumidos no âmbito das Américas.

Nos termos do Acordo, a cooperação abrange visitas mútuas de delegações de alto nível e entidades civis e militares, reuniões de pessoal e técnicas, bem como reuniões entre as instituições de defesa equivalentes, intercâmbio de instrutores e estudantes de instituições militares; participação em cursos teóricos e práticos, minicursos, seminários, debates e simpósios em entidades militares; visitas de unidades navais, navios de guerra, a portos marítimos e fluviais; eventos culturais e desportivos. Outrossim, o pactuado busca facilitar a aquisição de equipamento e armamento relacionado com a defesa e implementar programas e projetos de investigação e tecnologia em matéria de defesa, com a possibilidade de participação de entidades militares e civis de interesse estratégico para as partes.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O presente Acordo foi assinado quando da visita do Presidente do Peru, Alan García, ao Brasil. De acordo com a declaração do Presidente da República naquela ocasião, ele estabelece os parâmetros sob os quais deverão ser abordadas questões específicas como, por exemplo, a criação de condições para que o Peru tenha acesso ao sistema Sivam/Sipam.

Por outro lado, o Acordo se contextualiza na construção da Unasul (União das Nações Sul-Americanas) e na proposta brasileira de criação do Conselho Sul-Americano de Defesa, o qual também estaria no âmbito da Unasul. Conforme declaração do ministro da Defesa, Nelson Jobim, o Conselho é uma aliança de defesa para a formação de uma identidade sulamericana, respeitadas as três vertentes da América do Sul: amazônica, andina e platina. Além da elaboração de políticas de defesa, o Conselho prevê a integração das bases industriais de defesa da região, para a formação de um parque industrial regional. Os acordos internacionais bilaterais, como o que ora analisamos, devem criar as bases para que se intensifique essa cooperação e aproximação dos países sul-americanos.

Assim, somos pela aprovação do texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República

Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2006, nos termos do projeto de decreto legislativo que apresentamos a seguir.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado WILLIAM WOO Relator

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2008

Aprova o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Peru, celebrado em Brasília, em 9 de novembro de 2006.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado WILLIAM WOO Relator